



CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO, TRANSPORTES, OBRAS,
URBANISMO, AGRICULTURA, PESCA E FISCALIZAÇÃO.**

**Parecer sobre o Projeto de Lei nº 5.456/2022
(Texto Substitutivo)**

Origem:

<input checked="" type="checkbox"/> (X) Poder Executivo	<input type="checkbox"/> () Poder Legislativo	<input type="checkbox"/> () Iniciativa Popular
--	--	--

Datas e Prazos:

Data Recebida:	02	05	2022
Data para emitir parecer:			

Prazos para emitir Parecer	x	Imediato (art.138, R.I)
		4 dias (art. 68, § 2º, R.I)
		8 dias (art. 68, R.I)
		16 dias (art. 68, § 1º, R.I)
		24 dias (art. 68, § 1º, R.I)

Ementa:

Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual - PPA 2022-2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2022 e abre Crédito Especial para o Orçamento de 2022, e dá outras providências.

Despacho do Presidente:

Designo para relator: Rafael Mello da Silva, em 05/05/2022.

Rafael Mello da Silva
Presidente da Comissão

I - Relatório:

De autoria do Executivo Municipal, o Projeto foi protocolizado na Câmara de Vereadores em 02/05/2022, sendo que foi para leitura no Grande Expediente na Sessão Ordinária do mesmo dia, para a devida publicidade externa.

Em 02/05/2000, conforme determinação do Presidente da Câmara, o Projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para que esta se manifestasse sobre os aspectos constitucional e legal, bem como gramatical.

Em 04/05/2022, o Executivo Municipal encaminhou a Mensagem 035/2022 em que solicita a substituição do texto do projeto, a fim de corrigir no projeto a descrição da modalidade criada no PPA e LDO.



Em 04/05/2022, a Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se no sentido de que o projeto se mostra constitucional e legal e está adequado à técnica legislativa e solicitou o envio do Projeto à Comissão de Finanças e Orçamento.

Em 04/05/2022, dando continuidade ao processo legislativo, o projeto foi encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento.

É sucinto o parecer.

II – Análise

Incube às Comissões Permanentes estudar as proposições e os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles a sua opinião para orientação do Plenário, conforme art. 46 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba.

Ainda, nos moldes do art. 77, compete a esta Comissão opinar sobre todas as proposições referentes às **matérias de caráter financeiro**, especialmente quando for o caso de **Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias**, propostas orçamentárias e proposições referentes a matérias tributárias, **abertura de créditos**, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidades ao Erário Municipal, ou interessem ao crédito e ao patrimônio público municipal.

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre alteração do Plano Plurianual - PPA 2022-2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2022 e abre Crédito Especial para o Orçamento de 2022, e dá outras providências.

O projeto veio acompanhado de Exposição de Motivos da Secretária Municipal da Fazenda, Senhora Adriane Martins Luiz, que justifica que o projeto pretende a inclusão da modalidade 4.4.50 no PPA e LDO e proceder a abertura do crédito adicional especial no valor de R\$ 100.000,00, com recursos advindos de superávit financeiro de 2022, recebidos do Governo do Estado de Santa Catarina, através de Emenda Impositiva Genérica.

Ainda justificou que o município recebeu o repasse de R\$100.000,00 (cem mil reais) relativa a Emenda Parlamentar nº 457, publicada no Diário Oficial do Estado em 30/12/2020, DOE nº 21.427-A, pagina 133, sendo que o valor foi recebido na conta bancária do município "Genérica" BB 1408-7 C.C 32447-7, em 15/12/2021 e que a publicação no Diário Oficial do Estado foi publicada com o seguinte Objeto: " Repasse de Recurso Financeiro para Associação Beneficente Ebenezer de Imbituba, através da Prefeitura de Imbituba para aquisição de um veículo"

Anexo ao projeto, consta o Termo de Fomento N. 01/2022 firmado entre o Município de Imbituba e a Entidade Ebenezer.

Tendo a Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito de sua competência, exarado parecer pela legalidade e Constitucionalidade do Projeto de Lei 5.456/2022, passo à análise desta Comissão de Finanças e Orçamento.



Em análise ao projeto, consta-se que o mesmo pretende incluir no PPA 2022-2025 (Lei 5.225/2021) e na LDO 2022 (Lei 5.246/2021) no Órgão 04 "Secretaria Municipal da Fazenda" a Ação 2.005 – "Manutenção da SEFAZ", a Modalidade 4.4.50.00.00.00.00.00.03.3086 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

O Projeto pretende ainda a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 100.000,00 no orçamento da LOA-2022 (Lei 5.257/2021), na Conta de Despesa para a nova Ação e modalidade.

Ainda de acordo com o projeto (Art. 4º), o Crédito Adicional Especial supracitado será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro do exercício financeiro de 2021, das fontes de recursos 01.3086 – Recursos repassados pelo Estado, relativos à Emenda Parlamentar Genérica.

Tal autorização legislativa torna-se necessária, visto que, o artigo 42 da Lei n.º 4.320/1964 determina que os créditos suplementares e especiais sejam autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Para melhor compreensão, o inciso II do Art. 41 da Lei 4.320/1964 classifica a abertura de crédito adicional especial, como aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Já o §1º do artigo 43 da referida Lei destaca a necessidade de indicação de fonte de recursos para abertura de créditos adicionais:

"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las."

Neste sentido, quanto aos aspectos de ordem orçamentária e financeira, entende-se que a matéria em destaque não causará qualquer impacto ao orçamento municipal vigente, haja vista que a abertura de crédito especiais será coberta com recursos provenientes do superávit de recursos próprios apurados em exercícios anteriores.

Ainda, observa-se que o que ocorrerá será a inclusão de nova ação no PPA 2022-2025 e a criação de nova modalidade na LDO 2022, com a abertura de crédito adicional especial na LOA 2022 para a nova ação e modalidade.

Diante do exposto, do ponto de vista orçamentário, o projeto de lei em comento aponta as fontes de recursos para cobertura do Crédito Adicional Especial, estando em concordância com as exigências legais e legislação pertinente.

Neste sentido, a Comissão de Finanças manifesta-se favorável ao Projeto de Lei 5.456/2022 por entender que o mesmo atende as condições,

30





exigências impostas pela legislação vigente e que a inclusão da nova ação e modalidade nas peças orçamentárias é necessário para a utilização no orçamento vigente dos recursos repassados pelo Estado, através da Emenda Genérica.

Encontra-se apto para configurar na ordem do dia.

III – Voto

Voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.456/2022

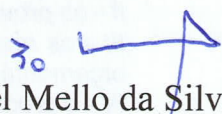

Relator

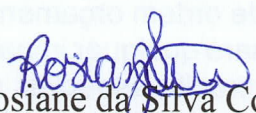
RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

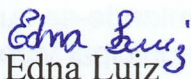
Parecer da Comissão Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização:

A Comissão Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, em reunião do dia 05 de maio de 2022, opinou por unanimidade pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.456/2022 analisando os aspectos referentes ao orçamento.

Sala das Comissões, 05 de maio de 2022.


Rafael Mello da Silva
Presidente


Rosiane da Silva Costa
Vice-Presidente


Edna Luiz
Membro